

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 1973

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Álvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Álvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Álvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Álvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

**3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 148ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 27 de Agosto de 1973
(Segunda-Feira)**

Presidência do sr. Deputado João Mansur secretariada pelos srs. Deputados Fabiano Braga Côrtes e Borsari Neto.

As 14.00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Antonio Belinati — Antonio Costa — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Borsari Neto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Ivo Tomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli e Sebastião Rodrigues Júnior. (29); achando-se ausentes os srs. Deputados: David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Armando Queiroz — Basílio Zarusso — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Iris Caldart — Ivo Rocha — Lázaro Dumont — Mauricio Fruet — Paulo Camargo — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.
Passa-se à
ORDEM DO DIA.
com a presença de 29 srs. Deputados.

Discussão única — da Proposição n.º 165-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 75-72, de autoria dos Dps. Marciano Baraniuk — Odilon Reinhardt que autoriza o Poder Executivo construir uma ponte de concreto sobre o Rio Piquiri, na estrada que liga o Município de Umuarama a Cascavel, passando por Perobal, Alto Piquiri Brasília e Assis Chateaubriand. Relatório da C.C.J. considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, di 28 terça-feira às 14.00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:
Discussão única — da Proposição n.º 161-73.
Levanta-se a sessão.

**3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 149ª Sessão Ordinária
Realizada em 27 de Agosto de 1973
(Segunda-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Sebastião Rodrigues Júnior.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Antonio Belinati — Antonio Costa — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Borsari Neto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Ivo Tomazoni — Igo Losso — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli e Sebastião Rodrigues Júnior. (29); achando-se ausentes os srs. Deputados: David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Armando Queiroz — Basílio Zarusso — Domicio Scaramella — Emilia Carazzai — Iris Caldart — Ivo Rocha — Lázaro Dumont — Mauricio Fruet — Paulo Camargo — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (18).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

MENSAGEM:

MENSAGEM
76/73

Curitiba, 22 de agosto de 1973.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva considerar como de utilidade pública a **FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA**, entidade dotada de personalidade jurídica própria, com sede e foro na Capital do Estado.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis é altamente significativo, eis que, atendendo solicitação formulada pelo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, virá considerar como de utilidade pública importante Entidade Cultural recentemente criada por Lei Municipal.

A inclusa cópia autêntica do Ofício n.º 361-73, de 16.8.73, da Prefeitura de Curitiba e os textos da Lei e dos Estatutos nele contidos, atos instituidores da Fundação Cultural de Curitiba, dizem, com o devido detalhamento, so-

bre a necessidade, oportunidade e interesse público na aprovação da medida legal consubstanciada no anteprojeto de lei em questão.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — **EMÍLIO GOMES**
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Fica considerada como de utilidade pública a **FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA**, criada pela Lei Municipal n.º 4.545, de 5 de janeiro de 1973.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Of. N.º 361/73 — EM Curitiba, 16 de agosto de 1973

Senhor Governador

Em inícios deste ano, o Município de Curitiba criou a "Fundação Cultural de Curitiba", a fim de que as atividades culturais do Município, que necessitam estímulo e recrudescimento de suas funções, sejam desenvolvidas em âmbito de entidade autônoma, em condições de receber toda classe de colaboração proveniente de entidades públicas e particulares. Em anexo estão a Lei que criou a Fundação e o Estatuto que a implantou juridicamente, de onde se vê as suas finalidades e objetivos.

Para melhor satisfação de tais pressupostos, inseridos no referido diploma legal, considerariamos da maior importância que o Estado do Paraná viesse declarar tal entidade como de utilidade pública.

Neste sentido, tomamos a liberdade de pedir a colaboração inestimável de Vossa Excelência enviando ao Legislativo mensagem para que se declare a Fundação Cultural de Curitiba — entidade de utilidade pública.

Atenciosas Saudações

JAIME LERNER
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor

Doutor **EMÍLIO HOFMANN GOMES**

Digníssimo Governador do Estado do Paraná
Nesta Capital

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

LEI N.º 4545

Data: 5 de janeiro de 1973

"Cria a Fundação Cultural,
conforme específica".

A Câmara Municipal de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Fundação Cultural, com personalidade jurídica própria, sede e foro nesta cidade de Curitiba, destinada a estimular, desenvolver, tomar iniciativas de qualquer natureza, fazendo acordos, contratos, convênios com terceiros, para os objetivos exemplificados no art. 2.º.

Art. 2.º. Compete à Fundação Cultural:

- a — formular a política cultural do Município;
- b — articular-se com órgãos federais, estaduais e municipais, bem como Universidade e instituições culturais, de modo a assegurar a coordenação e a execução de programas culturais de qualquer iniciativa;
- c — promover a defesa do patrimônio histórico e artístico do Município de Curitiba e do Estado do Paraná;
- d — conceder auxílio a instituições culturais existentes no Município, para assegurar o desenvolvimento de um programa cultural efetivo;
- e — elaborar o seu regimento, a ser aprovado pelo Prefeito Municipal;
- f — emitir pareceres sobre assuntos e questões de sua alçada que lhe sejam submetidos pelo Prefeito Municipal;
- g — promover intercâmbio com entidades públicas e particulares, do Estado do Paraná, de outros Estados da União, mediante convênios que possibilitem exposições, reuniões e realizações de caráter artístico e literário;
- h — promover exposições, espetáculos, conferências, debates, feiras, projeções cinematográficas, festividades populares, inclusive as que tenham relação com a incrementação do turismo;
- i — realizar promoções destinadas a integração social da população, com vistas a elevação do seu nível cultural e artístico.

Art. 3.º. A Fundação será administrada por dois órgãos: a sua Diretoria Executiva, composta de três membros de livre escolha do Chefe do Poder Executivo; e o Conselho Deliberativo, presidido pelo Prefeito Municipal, tendo como vice-presidente o Diretor Executivo da Fundação, e composto de mais cinco membros, além dos membros da Diretoria Executiva, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, entre pessoas que tenham nível cultural e artístico elevado, todos com mandato de três anos.

Art. 4.º. Fica adotado para o pessoal da Fundação o regime das Leis trabalhistas, podendo ser aproveitados funcionários da Municipalidade, sem prejuízo dos seus vencimentos e vantagens.

Art. 5.º. Quando for extinta a Fundação, que se institui por prazo indeterminado, o seu patrimônio reverterá ao Município de Curitiba.

Art. 6.º. Constituem recursos da Fundação:

- a — dotações do Município, a serem consignadas anualmente no orçamento, em nível suficiente para as operações, iniciativas e manutenção da Fundação;
- b — contribuições, auxílios e subvenções da União, dos Estados ou de terceiros;
- c — contribuições de autarquias, empresas e pessoas físicas, por doações ou transferências de bens;
- d — doações e legados;
- e — os provenientes de suas próprias atividades.

Art. 7.º. A Fundação poderá realizar operações de crédito, oferecendo bens de seu patrimônio em garantia, pelas formas de direito, contratando segundo as diretrizes autorizadas pelo seu Conselho Deliberativo, ... **VETADO** ...

Art. 8.º. No Estatuto da Fundação será prevista a colaboração e a participação de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, para complementação do seu patrimônio, bem como para integração do espírito de iniciativa da comunidade na Fundação.

Art. 9.º. Para constituição do patrimônio da Fundação, fica autorizado o Executivo a transferir-lhe o imóvel de patrimônio Municipal, constante de

prédio e terreno onde está instalado o edifício do Teatro do Paiol de Pólvora, situado na confluência das ruas Guabirota, Cel. Zacarias e Reinaldo Machado, bem como material permanente do Departamento de Relações Públicas e Promoções, que se fizer necessário.

Parágrafo Único. Os bens a que se refere o artigo serão avaliados pelos Departamentos do Patrimônio e Material.

Art. 10. A Fundação prestará contas ao Executivo Municipal, na forma do seu regimento e do seu Estatuto, até 15 de fevereiro do ano seguinte.

Art. 11. As despesas com a aplicação desta Lei, correrão à conta das dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 12. O Estatuto da Fundação será aprovado por decreto municipal, fazendo-se em seguida o seu registro público.

Art. 13. Fica o Executivo autorizado a extinguir o Departamento de Relações Públicas e Promoções.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio 29 de Março, em 5 de janeiro de 1973.

JAIME LERNER
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

DECRETO N.º 103

Aprova o Estatuto da Fundação Cultural de Curitiba.

O Prefeito Municipal de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal 4545/73, decreta:

Art. 1.º. Fica aprovado o Estatuto da Fundação Cultural de Curitiba, parte integrante deste Decreto.

Art. 2.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio 29 de Março, em 2 de fevereiro de 1973.

aa) JAIME LERNER
Prefeito Municipal
Edson Fischer da Silva
Diretor Geral do Departamento de Administração

PARTE INTEGRANTE DO DECRETO N.º 103

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE FINS

Art. 1.º. A Fundação Cultural de Curitiba, criada pela Lei Municipal n.º 4545 de 5 de janeiro de 1973, com personalidade jurídica de direito privado, terá sua sede e foro na cidade de Curitiba e se regerá pelo presente estatuto.

Art. 2.º. A Fundação tem por objetivo:

- a — formular a política cultural do Município;
- b — articular-se com órgãos federais, estaduais e municipais bem como Universidades e instituições culturais, de modo a assegurar a coordenação e a execução de programas culturais de qualquer iniciativa;
- c — promover a defesa do patrimônio histórico e artístico do Município de Curitiba e do Estado do Paraná;
- d — conceder auxílio a instituições culturais existentes no Município, para assegurar o desenvolvimento de um programa cultural efetivo;
- e — elaborar o seu regimento, a ser aprovado pelo Prefeito Municipal;
- f — emitir pareceres sobre assuntos e questões de sua alçada que lhe sejam submetidos pelo Prefeito Municipal;
- g — promover intercâmbio com entidades públicas e particulares do Estado do Paraná, de outros Estados da União, mediante convênios que possibilitem exposições, reuniões e realizações de caráter artístico e literário;
- h — promover exposições, espetáculos, conferências, debates, feiras, projeções cinematográficas, atividades populares, inclusive as que tenham relação com a incrementação do turismo;
- i — realizar promoções destinadas a integração social da população, com vistas a elevação do seu nível cultural e artístico.

Art. 3.º. A Fundação gozará de autonomia administrativa e financeira.

Art. 4.º. O prazo de duração da Fundação será indeterminado.

CAPÍTULO II

PATRIMÔNIO, RENDAS E DOTAÇÕES

Art. 5.º. Constituem patrimônio da Fundação:

- a — o prédio e terreno onde está instalado o Teatro do Paiol;
 - b — o material permanente do Departamento de Relações Públicas e Promoções;
 - c — os bens e direitos que a ela venham a ser incorporadas pelos poderes públicos;
 - d — os bens e direitos com que foi instituída, os já adquiridos e os que venha adquirir;
 - e — as doações, legados e heranças que lhe forem destinados.
- Art. 6.º. Constituem recursos da Fundação:
- a — dotações do Município, a serem consignadas anualmente no orçamento, em nível suficiente para as operações, iniciativas e manutenção da Fundação;
 - b — contribuições, auxílios e subvenções da União, dos Estados ou de terceiros;
 - c — contribuições de autarquias, empresas e pessoas físicas, por donativos ou transferências de bens;
 - d — doações e legados;
 - e — os provenientes de suas próprias atividades;
 - f — produto de operações de crédito.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS E SUAS FINALIDADES

Art. 7.º. São órgãos da Fundação:

- I — CONSELHO DELIBERATIVO
- II — DIRETORIA EXECUTIVA

SEÇÃO I DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 8.º. O Conselho Deliberativo será constituído pelo Prefeito Municipal, como Presidente nato, do Diretor Executivo como Vice-Presidente, do Presidente da Fundação e Diretor Administrativo e Financeiro e de mais 5 (cinco) membros designados pelo Executivo escolhidos dentre pessoas que tenham elevado nível cultural e artístico, sendo de 2 anos o mandato desses últimos.

Art. 9.º. Compete ao Conselho Deliberativo:

- a — aprovar o regimento interno que deverá ser referendado pelo Prefeito Municipal de Curitiba;
 - b — aprovar o plano de ação da Fundação e a proposta orçamentária;
 - c — aprovar a programação da Fundação dentro do orçamento previsto;
 - d — deliberar sobre as alienações de bens imóveis;
 - e — aprovar quadro de pessoal e respectivas despesas;
 - f — aprovar assinatura de contratos e convênios;
 - g — deliberar sobre a guarda e aplicação dos bens e fundos da entidade;
 - h — propor a alteração do presente estatuto.
- Art. 10. O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente:
- a — uma vez por mês para apreciar os assuntos de rotina;
 - b — extraordinariamente, desde que, solicitado pela Diretoria Executiva, sejam convocados seus membros pelo Presidente do Conselho Deliberativo.

SEÇÃO II DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 11. A execução das atividades da Fundação, será dirigida por uma Diretoria designada pelo Executivo composta de um Diretor Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Administrativo e Financeiro.

Parágrafo Único. As atribuições e competência de cada um dos Diretores, serão regulamentadas no regimento interno, aprovado pelo Conselho Deliberativo e baixado por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 12. É de competência da Diretoria:

- a — executar o plano de ação aprovado pelo Conselho Deliberativo;
- b — cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;
- c — prestar contas mensalmente ao Conselho Deliberativo;
- d — elaborar o plano financeiro;
- e — publicar, após a proposição do Conselho Deliberativo, em jornal da Capital, a demonstração da receita e despesa da Fundação.

CAPÍTULO IV

FINANÇAS E PESSOAL

Art. 13. O ano financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil.

Art. 14. A escrituração contábil da Fundação deverá estar obrigatoriamente em dia.

Art. 15. O quadro de funcionários da Fundação obedecerá as normas fixadas pelo Conselho Deliberativo, devendo ser preenchido sempre que possível, por servidores municipais, sem ônus para a Fundação.

Parágrafo Único. Na impossibilidade do acima estabelecido poderão ser contratados servidores pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, pela própria entidade.

Art. 16. Os servidores públicos colocados à disposição da Fundação, poderão receber gratificação a critério do Conselho Deliberativo.

Art. 17. Excluem-se a qualquer remuneração os membros do Conselho Deliberativo, por considerar-se serviço relevante à Municipalidade.

Art. 18. Para atingir as finalidades para a qual foi constituída, a Fundação poderá contar com a colaboração e participação de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, visando a integração do espírito comunitário.

Art. 19. A Fundação obedecerá, na aplicação dos recursos financeiros que lhe forem consignados no orçamento municipal, as seguintes normas:

- a — organização do orçamento e o respectivo plano geral de trabalho;
- b — adoção para compras e demais contratos do sistema de tomada de preços.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 20. Em caso de extinção, o patrimônio da Fundação reverterá ao Município de Curitiba.

Art. 21. Compete aos senhores Conselheiros, Diretores e Funcionários abster-se e impedirem, na sede da Fundação, locais de reunião e na área de ação da mesma, de pronunciamento de cunho político, racista ou religioso.

Art. 22. Compete à Diretoria Executiva receber a competente escritura de doação do imóvel constituído pelo Teatro do Paiol, bem como o material permanente do Departamento de Relações Públicas e Promoções, depois de avaliados pelos Departamentos do Patrimônio e Material.

Art. 23. A Fundação fará sua prestação de contas anual, até 15 de fevereiro do ano seguinte, mediante o balanço contábil, com demonstrativo da receita e despesa.

Art. 24. Este Estatuto, aprovado por decreto do Chefe do Executivo Municipal e pelo órgão do Ministério Público, vigorará a partir de sua publicação. A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob o n.º 750/73, do Senhor Vereador Edgard Dantas Pimentel, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, comunicando a aprovação por equele Legislativo Municipal de proposição de autoria do Senhor Vereador Adalberto Daros, subscrita pelos nobres Vereadores Donato Gulin, Adail Sprenger Passos e Arlindo Ribas de Oliveira, solicitando seja dada a denominação de "Presidente Getúlio Vargas", à refinaria da PETROBRAS que está sendo edificada no Município de Araucária, como justa maneira de se homenagear ao seu maior criador. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 439/73, do Senhor Zacharias E. Seleme, comunicando haver assumido o cargo de Secretário de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 538, do Senhor Acyr Saldanha de Loyola, comunicando haver assumido o exercício do cargo de Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Rolando Demetrio Marussi, comunicando haver assumido o cargo de Prefeito Municipal de Capanema, nomeado pelo Senhor Governador do Estado, através do Decreto n.º 4.040 de 31-07-73. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

- de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, solicitando Regime de Urgência para as Proposições n.ºs. 161, 167, 168 e 169/73.
- de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 124/73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, inserção na Ata dos Trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Alberto Milani, ocorrido no dia 19 próximo passado, na cidade de Cianorte.

O extinto era pessoa de alto conceito naquele Município, devido sua personalidade de homem correto, e grande chefe de família, grangeou a simpatia e a admiração de toda a população, principalmente no Distrito de Vidigal, onde foi um dos fundadores.

Da decisão desta Casa, solicita seja dado conhecimento aos familiares do extinto em Vidigal, Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1973

(a) Ovídio Franzoni.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa, requer:

1.º — seja inserto, na Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor à Administração da Junta Comercial do Paraná, por haver determinado que o atendimento ao público passe a ser feito em dois expedientes, diariamente, à partir do mês de setembro vindouro;

2.º — seja, desta decisão, dado ciência ao Senhor Doutor Carlos Teixeira Osternack, Digníssimo Presidente da Junta Comercial do Paraná;

3.º — seja, ainda, desta decisão, dado ciência ao Exmo. Sr. Secretário do Interior e Justiça, Doutor Octávio Cesário Pereira Júnior.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1973

(a) — João Fadel.

JUSTIFICATIVA:

Como é do conhecimento deste Poder Legislativo a Junta Comercial do Paraná atravessou, nos meses finais da administração anterior, período de grave crise de ordem administrativa, que chegou a perturbar o atendimento público, com negativos reflexos para os interesses da economia regional eis que, o comércio e a indústria, começaram a sentir os entraves decorrentes da luta interna ali desenvolvida. Justamente um dos pontos de atrito entre a administração e o Colégio de Vogais da Junta, residia na questão da adoção do sistema de expediente em dois turnos — manhã e tarde —, para atendimento público, o que era negado, sob a invocação de falta de verba para pagamento das horas extras a que fariam jus os servidores. Mas, no fundo o que havia mesmo era má vontade, pois o problema, se bem que delicado, não era de impossível solução, como o provou o Exmo. Sr. Doutor Octávio Cesário Pereira Júnior, Digníssimo Secretário do Interior e Justiça, que, logo após empossada a nova administração da Junta Comercial do Paraná, tendo como Presidente o ilustre homem público Doutor Carlos Teixeira Osternack, promoveu uma reunião conjunta e encontrada a formula hábil, submeteu-a à consideração do Exmo. Sr. Governador Emílio Gomes, que terminou por adotá-la tendo em vista os superiores interesses do comércio e indústria do Paraná.

E pois, motivo de justificada satisfação deste Poder Legislativo registrar o fato e louvá-lo, eis que, a solução do problema de atendimento ao público, em dois turnos, será fator de restauração do conceito da Junta Comercial do Paraná perante a opinião pública, que infelizmente, nos últimos tempos só tomava conhecimento da existência daquele órgão através de notícias desairosas na imprensa da Capital e do interior, trazendo, para o domínio público, a certeza da incapacidade e da incompetência dos então responsáveis pela administração.

Os Nobres Deputados certamente darão ao presente seu honroso e indispensável apoio.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa, requer:

1.º — seja incerrido na Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações ao Exmo. Sr. Doutor Raul Rezende Filho, por sua investitura no cargo de Diretor Geral do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado — DEPE —, ocorrida em data de 24 do mês em curso;

2.º — seja, desta decisão, dada ciência ao Exmo. Sr. Dr. Octávio Cesário Pereira Júnior, Digníssimo Secretário do Interior e Justiça.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1973

(a) — João Fadel.

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado, através do Senhor Secretário do Interior e Justiça, já reiterou sua disposição em dar prioridade especial para execução do programa de reformulação da política penitenciária do Paraná, através da adoção de uma filosofia cuja ação esteja toda voltada para a recuperação social e reintegração comunitária do interno que, sob a tutela do Estado, deverá encontrar condições, enquanto cumprindo pena, de capacitar-se profissionalmente e exercer profissão honesta quando lhe for concedida a liberdade. Sob este aspecto, entente que foi de rara felicidade a indicação do bacharel Raul Rezende Filho para o cargo de Diretor Geral do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado, porquanto, em seu discurso de posse, aquele homem público soube bem situar a problemática que envolve a implantação daquela política penitenciária, não deixando, por outro lado, de enfatizar que o enfoque técnico da questão não obscureceria o lado humanista da tarefa que ora emprende, apoiado por equipe competente, com vivência dos problemas carcerário e penitenciário e que, com disposição e espírito de renúncia, saberá, certamente, levar a bom termo a missão lhe confiada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.

Além do mais, o doutor Raul Rezende Filho é homem público de vasta bagagem de serviços prestados à coletividade eis que, exerceu, com reconhecida proficiência, mandato de Deputado a esta Assembléia Legislativa, destacando-se sua atuação parlamentar pela honestidade e probidade com que sempre procurou solucionar os problemas sociais.

Isto posto, e entendendo que o pronunciamento deste Poder Legislativo além de fazer justiça à vida pública escorreita do doutor Raul Rezende Filho, servirá, também, para dizer de nossa satisfação com sua escolha, acertadíssima, para o elevado cargo, demonstrando, por outro lado, que foi bem recebida a evidente sensibilidade política do Exmo. Sr. Secretário do Interior e Justiça ao indicar aquela designação ao Exmo. Sr. Governador do Estado,

tenho por certo que os Nobres Deputados darão ao presente seu honroso e indispensável apoio.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Professor Doutor Oscar Martins Gomes, emérito Mestre da Universidade Federal do Paraná, pela concessão ao mesmo, do Título de "Cidadão do Estado da Guanabara" pela Assembléia Legislativa daquele Estado, cujas solenidades de entrega se darão no próximo dia 29 do corrente.

O Professor Oscar Martins Gomes, como curitibano, além de mestre erudito do Direito, é um dos brilhantes Advogados do Foro de nossa Capital.

Este honroso acontecimento honra, não somente ao homenageado, mas também ao nosso Estado, do qual é ilustre filho.

Assim, uma vez aprovado o presente, requeiro seja dado ciência desta homenagem da Assembléia do Paraná ao mesmo, por ofício; e, sejam ainda expedidos telegramas urgentes ao Presidente daquela Assembléia e ao Governador Guanabará, nos seguintes termos:

Assembléia Legislativa Paraná vg unanimemente associa-se honrosa homenagem concessão Título Cidadania Guanabará ilustre paranaense vg Professor Oscar Martins Gomes pt

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1973

(a) — Igo Losso

PROJETO DE LEI:**PROJETO DE LEI N.º 187/73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública, a Instituição FRATERNITAS, com sede no Jardim Primavera das Laranjeiras, Piraquara.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1973

(a) — Leopoldo Jacomel

JUSTIFICATIVA:

FRATERNITAS, fundada a 26 de outubro de 1969, com sede no Jardim Primavera das Laranjeiras, Município de Piraquara, Paraná é uma Instituição de personalidade jurídica, devidamente registrada que tem por fim a promoção humana dos seus sócios através da Educação, da Recreação, da Promoção Econômica e Assistência Sanitária.

Congrega e representa os doentes-hansenianos egressos do Hospital Colônia São Roque, amparando-os como pessoas humanas, bem como a seus familiares. A finalidade maior é a reabilitação física, psicológica e sócio-econômica do hanseniano, até o momento estigmatizado e segregado da comunidade em virtude de falsos tabus, credences e preconceitos.

Já em pleno funcionamento mantém sem auxílio algum:

Ambulatório, devidamente equipado e com médico.

Jardim de Infância com mais de 50 crianças frequentando-o, com professora especializada.

Pavilhão de ofícios e artesanatos, onde proporciona mão de obra, de acordo com a capacidade, aos hansenianos.

Recanto infantil para diversão supervisionada especializada às crianças.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entendemos, que melhor seria trazer maiores condições para as diversas lavouras existentes em nosso Estado, que se preconizar um futuro temerário para o soja. O café, que desde há muito foi o sustentáculo da Região Norte-paranaense, está hoje sem dúvida nenhuma cedendo o seu lugar tão importante à economia brasileira, para outros produtos da nossa agricultura. E o soja vem ganhando terreno, em virtude da fertilidade do solo da nossa Região que dá condições de produtividade muito grande e dará ao lavrador um lucro compensador. Se não fora ele talvez nossa cafeicultura estaria ainda amarrada ao financiamento dado pelo Banco do Brasil, e que vem se arrastando por muitos anos, e só com o advento do soja, foi possível a sua total liquidação. Reuniram-se os Líderes da cafeicultura e as autoridades ligadas à política cafeeira na última sexta feira na cidade de Maringá, e pelo seu conteúdo, pelo que podemos observar, a cafeicultura teve uma nota espetacularmente boa. Eis que os contratos de financiamento de plantio do café que estava sendo cancelado pelo Banco do Brasil, através da proposta do IBC, tiveram a promessa de um reexame, de um estudo para que este financiamento fosse prorrogado para que nossa cafeicultura tenha um futuro bem melhor. Existe uma onda muito grande contra o soja. Ainda há poucos dias, lemos num jornal, o interesse muito grande demonstrado pelas autoridades em relação ao soja, que tem um futuro temerário porque está sendo atacado por 17 doenças. Mais doença que o café não é possível. No entanto, o nosso cafeicultor tem dado combate às pragas e tem vencido galhardamente. Queremos na oportunidade nos congratular com as autoridades da política cafeeira do Governo, que em tão boa hora, na reunião realizada na cidade de Maringá, trouxeram mais este alerta para a cafeicultura. E seria pois de justiça que ressaltassemos, aqui da Tribuna, o trabalho elaborado pelo Sindicato Rural de Cornélio Procopio através do seu Presidente Wilson Baggio, que também pleiteia medidas que possam trazer benefícios à nossa cafeicultura, e entre elas queremos destacar:

Solicita o Sindicato Rural de Cornélio Procopio, que o financiamento seja elevado, hoje cotado na base de 182 cruzeiros a saca, que tenha o seu preço majorado, dando assim oportunidade para que o agricultor tenha um preço mais compensador.

O segundo tópico, é o que se refere ao financiamento de café de baixo tipo. Eis que a safra atual, dada as condições climáticas, ela está fadada a ter um tipo sempre inferior ao Tipo Seis. E hoje, pelo sistema de crédito do Banco do Brasil, o café abaixo do Tipo Seis, não está sujeito ao seu financiamento. E preconiza então o Sindicato Rural de Cornélio Procopio que o Banco autorize um financiamento para os cafés de tipo inferior ao Tipo Seis.

O terceiro tópico também é oportuno, muito importante. É o que diz respeito ao financiamento da entre-safra, pede o Sindicato que as autoridades governamentais estudem a possibilidade destes financiamentos de entre-safra por dois anos. Para que o agricultor tenha condições de melhor cuidar da sua lavoura, para que tenha condições de comprar máquinas e fazer um tratamento específico, para ter o seu café à altura da exigência do mercado internacional.

Estas medidas, Sr. Presidente Srs. Deputados que nós reputamos da maior importância, trará, sem dúvida, um estímulo muito maior ao cafeicultor e colocará nosso extraordinário produto, principal fonte da divisa brasileira, num plano superior, que para o futuro estará ocupando o primeiro lugar.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente Sr. Deputado Quielise Crisóstomo.

O SR. QUIELISE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há dias fizemos uso da palavra em parte que oferecemos ao discurso do Deputado Ivo Tomazoni; falamos da esperança e das perspectivas do novo Governo. Mas, na realidade, estávamos apenas dando um voto de confiança; analisando por antecipação um procedimento que nós não podíamos garantir, apenas das disposições do Secretário político, da Secretaria do Interior e Justiça e das disposições de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, em atender também ao poder político e demonstrando a preocupação e a avaliação da participação do Deputado, principalmente do Deputado Estadual, na conjuntura administrativo-política do Estado do Paraná. E alguns Deputados naturalmente puderam discordar de que o nosso pensamento fosse a posteriori, contrariado; era o nosso desejo e o nosso anseio, como arenistas, apenas e tão somente uma vez queríamos demonstrar uma esperança prematura. Contudo, no último sábado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós, pela primeira vez, como Deputado da Arena e defensor do Estado no Partido Majoritário, como representante do povo nesta Casa de Leis, depois de dois anos e meio de mandato, pudemos, pela primeira vez, viajar junto com um Secretário de Estado do Governo do Paraná. Pela primeira vez fomos acompanhados ou acompanhados uma comitiva do Poder Executivo, que vinha inaugurar obras na nossa Região, cuja participação nossa, os prezados Pares e companheiros são testemunhas e que muitas vezes, a nosso exemplo, como a exemplo da maioria dos Deputados da Arena nesta Casa, viram o seu trabalho desvanecido, viram o seu trabalho preterido, quando, depois de meses e anos de labuta, às portas das Secretarias, na confecção do Orçamento do Poder Executivo, a inclusão de obras para a nossa Região; e ver subitamente inauguradas estas obras por Secretários de Estado que pretendiam, a nosso entender, obscurecer ainda mais, minorar e desvanecer a figura opaca, empalidecida, insípida do representante do poder político na área do Partido majoritário.

Contudo, no último sábado, tive o prazer e a honra de viajar na minha região com o Deputado e Secretário Cândido Martins de Oliveira, da Secretaria de Educação e Cultura e o Secretário de Viação e Obras Públicas, Dr. Osiris Stenghel Guimarães e lá pude sentir, Nobres Colegas, como disse no meu primeiro pronunciamento nesta Casa quando do discurso do Deputado Ivo Tomazoni, pude sentir que este Governo pretendia e dava a impressão de que iria iniciar um Governo que deseja a participação do Poder político, que deseja conferir o mérito dos que participam na construção do Estado.

Ao ouvir vários discursos de Secretários, pude ouvir a Mensagem de S. Exa. o Governador do Estado analisar o mérito de um trabalho conjunto — Executivo e Legislativo — para que o povo saiba quem por ele está lutando, quem por ele pode lutar, quem para ele trouxe benefícios, ou através de quem os benefícios foram trazidos na comunidade por nós pretendida ser liderada.

Assim é que faço desta Tribuna os meus agradecimentos, primeiro ao Governador do Estado através do procedimento do Secretário de Educação e Cultura e do Secretário de Viação e Obras Públicas, pelo dedicado acatamento às sugestões e pedidos dos Líderes políticos de minha Região e o comportamento com a minha pessoa, o comportamento com o representante da Região nesta Casa de Leis, quando da inauguração das obras, obras que participei, obras que de que queria participar também na data magna de sua entrega àquela comunidade.

Há alguns meses atrás vimos o Secretário de Educação e Cultura sonhando nossa participação em inaugurações de obras suadamente conseguidas por nós para nossa Região. O ex-Secretário de Educação e Cultura inaugurou três obras majestosas em minha Região, sonhando a minha presença nesta data de grande importância para mim e para meu Partido.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência comunica que resta meio minuto para terminar sua oração.

O SR. QUIELISE CRISÓSTOMO — Quis ontem, então o Secretário de Educação, que não só o povo, que não só o Governo, mas também o Deputado participasse da administração deste Governo e assim pude acompanhá-lo em seu primeiro procedimento em minha Região, o que vem demonstrar que o Governo está preocupado em que o Poder político participe de obras administrativas que este Governo enceta em nossa comunidade. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Borsari Netto.

O SR. BORSARI NETTO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a Tribuna nesta tarde apenas para consignar na Ata os agradecimentos dos Senhores Deputados que tiveram a oportunidade de, acolhendo o convite da TELEPAR, participar na última sexta-feira de uma reunião naquela empresa, onde foi dado conhecimento o seu plano de obras.

Naquela ocasião, em que se fazia presente o Sr. Secretário de Viação e Obras Públicas, Dr. Osiris Stenghel Guimarães e também todos os Srs. Diretores da Empresa, tivemos a oportunidade de assistir a uma palestra proferida pelo Presidente da Empresa que nos colocou a par dos planos de obra e da posição em que se encontra a Empresa não só em Curitiba como em todo o Estado.

Registramos, portanto, os agradecimentos pela fidalguia do atendimento daquela Empresa e pelas explicações que nos foram dadas.

Falamos também em nome da Liderança da ARENA que pediu que consignássemos, na oportunidade, os seus agradecimentos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, também gostaríamos de registrar e de louvar a atitude dos dirigentes da Telepar em promover a palestra e honrar esta Casa com o convite para ouvi-la, recebendo-nos com tanta fidalguia.

Digo isto porque acho que nós, sobretudo da Oposição, que nos propuemos a criticar aquilo que entendemos esteja errado, devemos também ouvir explicações e esclarecimentos quando se nos oferecesse oportunidade para tanto. Portanto, acho que o diálogo é de interesse de todos, porque esclarece e leva ao conhecimento do povo paranaense aspectos até aqui desconhecidos sobre o problema das telecomunicações do Estado.

Fica aqui, consignado, em nome do Partido da Oposição, nosso agradecimento à Telepar por promover este diálogo entre os técnicos das telecomunicações e os membros desta Casa, de ambos os Partidos.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que me traz à Tribuna, por estes breves instantes, são apenas algumas considerações a mais, decorrentes do pronunciamento que, há dias atrás, fizemos nesta Casa, numa análise retrospectiva e ligeira dos três Governos que viveu o Paraná de 70 para cá, e também acerca de algumas providências feitas com relação ao Governo que, neste momento, se instala em nosso Estado.

Tenho dito, não sei se a felicidade, ou infelicidade, de acertar na maioria das providências que tenho feito desta Tribuna e que constam dos Anais da Casa. Dizia em que temia a radicalização da política de nosso Estado, em face as informações que havia recebido. Esta radicalização, ocorreria em decorrência da atitude dos escolhidos para dirigir alguns setores governamentais. Referi-me, na oportunidade, às informações que me haviam chegado sobre a disposição do Sr. Secretário do Interior e Justiça de extinguir a Oposição. E fiz, naquela ocasião, referências que poderão ter sido julgadas um tanto irreverente com relação ao Sr. Secretário do Interior e Justiça. Mas reafirmei minha posição porque ela era de boa procedência.

Naquela oportunidade, o nobre Deputado Luiz Roberto Soares, jovem Líder da Arena nesta Casa, colocou em dúvida não a palavra do orador que ocupava a Tribuna mas a procedência das informações que havia recebido. E S. Exa. o Nobre Deputado, trouxe, no dia imediato, a palavra oficial do Sr. Secretário que não tinha propósito algum de extinguir a Oposição em nosso Estado.

De que, ao contrário, estava convencido da necessidade da existência dela, não só para a vida política do Estado, mas porque integra a composição democrática da Nação brasileira, mais ainda, de qualquer Nação que tenha adotado para si um sistema democrático de representação.

Registrou nos Anais a observação do Nobre Líder do Governo, no entanto não abduquei das informações que havia recebido. Noticiou a imprensa do Estado, mais precisamente a "Folha de Londrina" de 26 p.p. uma atitude do Sr. Secretário do Interior e Justiça, que veio corroborar integralmente aquilo que afirmei na Tribuna na semana p.p. Diz a "Folha de Londrina", na sua primeira página, o seguinte: "Prefeito muda-se para a ARENA. O Prefeito Orlando Salles de Jataizinho, em visita feita ao Governador Emílio Gomes, na tarde de ontem, anunciou a sua passagem para a ARENA. O Prefeito estava acompanhado do Secretário do Interior e Justiça, Dr. Octávio Cesário, que cuidou da transferência de Partido".

Quero, Sr. Presidente, que conste dos Anais a notícia publicada pela "Folha de Londrina", porque vem ela confirmar integralmente as observações que dirigi a esta Casa e ao Paraná desta Tribuna, e torna as palavras do Sr. Secretário do Interior e Justiça graciosas. S. Exa., com suas atitudes, pretende deslustrar a personalidade democrática do titular do Executivo Estadual, porque é indiscutível, são os próprios Deputados federais de meu Partido que conviveram com o Sr. Emílio Gomes na Câmara Federal que atestam, que dão o testemunho da formação democrática daquele que ocupa hoje o Palácio Iguaçu.

Entretanto, essa personalidade, esse retrato de homem democrático, está sendo maculado, está sendo manchado pela atitude do titular da Secretaria do Interior e Justiça de nosso Estado.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Solicitei o aparte a V. Exa., para dizer que efetivamente desconhecia que o Prefeito do Município anunciado por V. Exa. precisamente Jataizinho, pretende ingressar...

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Já ingressou.

O Sr. Luiz Roberto Soares — ... e V. Exa. responsabiliza por isso o Sr. Secretário do Interior e Justiça. Todavia, gostaria de fazer dois reparos ao pronunciamento de V. Exa. Em primeiro lugar, porque há uma certa temeridade em atribuir ao Secretário do Interior essa transferência. Talvez fosse melhor que se indagasse primeiro se essa transferência não se deveu exclusivamente a ato de responsabilidade do Prefeito, só dele.

Porque seria impossível que o titular da Secretaria do Interior e Justiça se dispusesse a não acolher o Prefeito de Jataizinho. De maneira que esse, é o primeiro reparo: talvez a transferência tenha sido devida exclusivamente à vontade do próprio Prefeito. Em segundo lugar, gostaria também de dizer a V. Exa. que a transferência do Prefeito, não deslustraria, não negaria a formação democrática do Governador e muito menos do Secretário do Interior, porque se procedesse a hipótese que essa transferência se deveu exclusivamente à vontade do Prefeito, anti-democrático seria se negar ao Prefeito o direito de transferência.

De qualquer maneira, mais uma vez me disponho a junto, com o Sr. Secretário do Interior e Justiça, fazer a sondagem e manter os entendimentos necessários para que fique clarificada essa posição.

Continuo onde estava, isto é, não acredito. Dou inteira credibilidade às informações do Secretário do Interior no sentido de que sua condução à Pasta do Interior e Justiça será exercida sempre preservando e cultivando os valores da democracia representativa.

Era o que me cabia dizer, agradecendo a honra de me ter concedido o aparte.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradeço o aparte de V. Exa. e o compromisso assumido de trazer a esta Casa a palavra oficial do Secretário do Interior e Justiça, sobre o episódio.

Apenas uma correção em seu aparte, não disse que a transferência do Prefeito desvirtuaria a formação democrática do Governo, afirmei que o procedimento e atitudes estão a deslustrar o conceito democrático do Governo porque é unânime o entendimento de todos aqueles que conviveram com Emílio Gomes na Câmara Federal, em reconhecer na pessoa de Sua Excelência, o Chefe do Executivo paranaense, um homem de elevada formação democrática. Entretanto, repito, a atitude do Secretário do Interior e Justiça, em promover as pressões políticas que estão ocorrendo em nosso Estado, está, isto sim, descaracterizando a formação democrática do Governo do Estado do Paraná. As críticas deveriam recair, em verdade, sobre o Secretário do Interior, mas quem o escolheu, e foi uma escolha realmente infeliz, foi o Sr. Emílio Gomes.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Tenho a impressão que toda a veemência de V. Exa. deveria ser transferida ao Prefeito do MDB que está se passando para a ARENA e não ao Secretário do Interior e Justiça.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Conhecemos os mecanismos de pressão e sabemos que atitudes de terrorismo político estão sendo tomadas pelo titular da Pasta do Interior e Justiça.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Se vier a ser constatado um clima de terrorismo e de pressão política no Paraná, quero deixar claro que não contestamos com este procedimento.

Quero deixar bem claro que parece impossível, muito pouco provável que tais mecanismos que alude V. Exa. tenham sido montados porque não correspondem com a formação democrática do Governador do Estado e nem com a do Secretário do Interior e Justiça que sabemos não só de informação como de conhecimento que temos de S. Exa..

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — V. Exa. observa o fato sob outro aspecto.

Não acho que S. Exa. se dê bem com a forma democrática, porque nunca foi bem sucedido nela. Reafirmo as críticas que havia endereçado a S. Exa. e volto a responsabilizá-lo.

Eu apenas quero fazer o registro do fato, aqui.

Desejo apenas mencionar o fato porque não será o primeiro. Outros virão. Nós estamos acompanhando, passo a passo, as atitudes do Sr. Secretário do Interior e Justiça; serão denunciadas na Câmara Federal, serão proclamados ao País inteiro. Ainda agora o Partido, o meu Partido participará da campanha presidencial, com a finalidade única de fazer uma promoção, neste Estado e no País, de nossos ideais democráticos, e, nós sairemos ao lado do nosso candidato, denunciando as pressões políticas do Paraná. Por isso eu chamo a atenção do Sr. Governador do Estado e me permito chamá-la, com a melhor das intenções, para que ele observe as atitudes do seu titular da Pasta do Interior e Justiça, porque, na verdade, a responsabilidade dos atos do Sr. Octávio Cezário Pereira recairá sobre o Governador do Estado, porque afinal de contas o Sr. Secretário foi por ele escolhido.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. me causa estranheza, quando não contempla a possibilidade de o Prefeito ter aderido espontaneamente; V. Exa. considera essa hipótese impossível?

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Não considero impossível. Tantos Governos passaram, Governos simpáticos que atendiam a todos, Governos como do Sr. João Mansur, do Professor Parigot de Souza, e, nunca houve essa tentativa de envolvimento. Será que o Sr. Secretário possui um charme todo especial? Não creio que seja tão charmoso assim, porque o apelido de Sua Excelência não é de homem charmoso.

Aliás, quer me parecer que o Sr. Secretário do Interior e Justiça é da escola do Sr. Haroldo Leon Peres, e há o grande risco de que se estabeleça de que se implante aqui o mesmo terrorismo político que existia outrora, comprometendo o bom nome de um Governador que, eu tenho certeza, gostaria de deixar do Paraná, em sua passagem no Governo, o nome de quem exerceu o mandato, na fiel observância das normas democráticas. Por isso, lamentavelmente, ressalto essa falta de sintonia entre a personalidade do Sr. Governador do Estado e a do Sr. Secretário do Interior e Justiça. Na verdade, creio até mesmo que o Sr. Secretário trabalha contra o Governador. É uma advertência que eu quero fazer, para que amanhã, se os fatos me derem razão e V. Exa., Nobre Deputado Luiz Roberto Soares, como declarou, venha aqui, e eu acredito porque já tenho provas suficientes venha me dar razão, nós ficaremos com a formação democrática do Governador e contra as atitudes antidemocráticas do seu Titular da Pasta da Secretaria do Interior e Justiça.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Nobre Deputado, apenas quero registrar que não é um problema de charme; o problema de charme é um problema exclusivamente subjetivo, é possível que tenha colaborado para atração, mas como é um mero acontecimento subjetivo, eu não arriscaria nenhum prognóstico.

Com relação aos insucessos eleitorais que o Titular da Secretaria do Interior e Justiça colheu em sua vida pública, eu acho muito comum e muito normal na vida democrática, porque sabe V. Exa. que o atual Presidente dos Estados Unidos, o Presidente Richard Nixon também colheu vários insucessos, e assim, uma infinidade de homens públicos que se destacaram, colheram insucessos — tanto é que, apesar de não ter sido bem sucedido no pleito para Deputado Federal, o dr. Octávio Cezário Pereira colheu sucesso ao ser indicado para a Secretaria do Interior e Justiça, no Governo do Sr. Emílio Gomes.

Agora, eu me comprometo junto a V. Exa., a clarificar o problema, mas ratifico, como disse anteriormente, continuo onde estou, isto é, creia V. Exa. que em nenhum momento o Secretário do Interior e Justiça usaria mecanismo de pressão para obter a transferência de Prefeitos do MDB para a ARENA, porque esse jogo não interessa nem sequer a ARENA.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Registro com prazer o aparte de V. Exa..

O que eu lamento sinceramente, e gostaria que esta previsão falhasse, é que vai haver uma radicalização política no Estado, com a quebra da paz que interessa à família paranaense, que interessa a mim, que interessa a V. Exa. e deveria interessar ao Sr. Secretário do Interior e Justiça e que interessa sobretudo ao Sr. Governador do Estado do Paraná, porque todos nós nos propusemos a contribuir para o engrandecimento e desenvolvimento deste Estado. Isto apenas será possível em clima de paz, em clima de tranquilidade.

O Sr. Quielise Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Sebastião Rodrigues, a sua preocupação até certo ponto é válida, porque a toda ação corresponde uma reação. É evidente de que o MDB do Paraná se não se movimentar um pouco mais com rigor, eu acredito que a tendência se diminua do vigor político. E o documento com que nós preconizamos está no fato por V. Exa. relatado nesta tarde.

A passagem de mais um Prefeito para a ARENA, quanto a isto, eu acho a sua preocupação válida, mas não poderia V. Exa. deixar de dar um mérito ao Poder Majoritário, quando por algum motivo, somente agora, este Prefeito resolveu passar para a ARENA. Se algum trabalho político sobre um político da Oposição tivesse que ser feito ele estaria pronto e em Governos passados, ele poderia ter passado para a ARENA, mas como vê V. Exa., somente depois de passado vários meses de mandato, somente agora, este Prefeito resolveu passar para a ARENA.

Algum atrativo ele percebeu, e este atrativo também eu percebo. É o vigor do Poder Majoritário, do exercício do poder maior, para este trabalho que na oportunidade está acossando os adversários a mudarem de Partido.

Estive na semana passada em um município, onde o Prefeito do MDB, por sentir a preocupação do Chefe do Executivo Municipal, quando o Poder

Majoritário se faz presente com a sua equipe, sem que ninguém fosse convidado, eles sentem-se preocupados, o que seria possível que daqui para frente, outros chefes do Executivo Municipal, desejosos de construir seus Municípios, e vindo de que naturalmente ao lado do Poder maior, ao lado do Partido do atual Executivo, eles poderão levar mais um pouco às suas comunidades, principalmente em Municípios pequenos, onde os recursos são menores...

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Acho que V. Exa. deveria interromper o seu aparte. V. Exa. já foi bastante infeliz ao confessar que levam um pouco mais às suas comunidades, aqueles que passaram para o Partido do Governo, dando a entender que somente têm direito aqueles que pertencerem ao Partido do Governo. Todo Prefeito para cumprir o seu dever com os seus municípios, deverá se render às exigências impostas pelo Secretário de Interior e Justiça. Esta é uma forma de ação anti-democrática, mas que V. Exa. aplaude e eu condeno. E quanto ao vigor do Partido, a forma dele se manifestar é esta; é vir à Tribuna se manifestar contra o Fato de V. Exa. reconhecer que este Governo tenha mais atrativos para os Prefeitos do MDB. Não me surpreende porque V. Exa. busca atrativos em todos os Governos que por aqui passaram. O nosso Prefeito não teve a capacidade de percepção de V. Exa. e só viu neste. Talvez apareçam Prefeitos mais brilhantes daqui para a frente, que descubram os encantos do Sr. Octávio Cezário.

Não desejo polemizar; o meu Partido fará pronunciamento através do seu Presidente, nesta Tribuna e também na Câmara Federal.

O sr. Quielise Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. foi mais ou menos feliz, quando disse que eu vejo atrativos; que eu vi em quase todos os Governos que por aqui passaram. Realmente, nobre Deputado, se eu não visse e não estivesse vendo ainda até hoje, atrativos nos Governos da Revolução Brasileira eu não estaria aqui, abandonando uma profissão que com dificuldades eu tive de abandonar para vir a esta Casa de Leis ocupar um lugar e justificando minha presença como homem convicto da posição que tomei e é porque acredito nos governos desta Revolução, é que estou aqui abandonado o anel de Engenharia Civil para dar colaboração no processo revolucionário; (e pela mesma convicção dar colaboração no processo revolucionário); e pela mesma convicção com que eu tenho participado, ao lado dos Governos do Paraná, mas suas obras e no seu trabalho; V. Exa. também, injustificadamente tem lutado contra eles é meu entendimento. Tem V. Exa. lutado contra o povo contra a família brasileira, porque esta Revolução veio devolver a paz não só à minha família mas à sua e quero dizer, neste aparte, invocando o testemunho dos emedebistas de Arapongas e seu Deputado dos mais dignos que poderá testemunhar o procedimento do Governo quando mandava seu Secretário inaugurar obras nesse Município, cujo Prefeito que é do MDB e que vai continuar no MDB e que nem por isso os Secretários de Estado que lá estiveram disseram que Arapongas deixará de receber as obras que estivessem dentro do planejamento da Secretaria de Educação e Cultura ou da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Nobre Deputado, V. Exa. faltou com a verdade quando disse que este parlamentar veio dar apoio gratuito porque sempre fui independente na minha atuação como parlamentar. Venho apenas fazer as devidas ressalvas nos momentos necessários e haverá de discordar de V. Exa. e do Governo do Estado, quando eu entender que ele esteja errado, como V. Exa. hoje.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Nobre Deputado, em primeiro lugar não é apenas V. Exa. que tem a nobreza de abandonar interesses particulares mais rendosos, para vir se dedicar nesta Casa aos interesses do povo.

Acredito que a grande maioria daqueles que aqui se encontram, senão a totalidade, também assim procederam. Todos eles teriam nos seus interesses particulares, melhores rendimentos e mais tranquilidade. Se aqui vieram, homens da Oposição e homens do Partido do Governo é porque estão convencidos de que o sacrifício de seus interesses particulares tem uma compensação no trabalho que aqui dentro podem realizar em benefício do povo paranaense. O sacrifício que V. Exa. cita creio que é da totalidade desta Casa.

Por outro lado, nobre Deputado, se falei que V. Exa. tinha visto atrativos em todos os governos é justo que V. Exa. tenha procedido assim porque pertence ao Partido do Governo. Mas quero dizer que os nossos Prefeitos estão sendo vítimas de pressões e que de fato o Prefeito de Arapongas sr. Pugliesi, o Sr. Secretário do Interior e Justiça jamais conseguirá levá-lo para o seu Partido. Podem usar de pressão, de todas as formas de sedução. Conheço e tive oportunidade de dialogar com o Prefeito Pugliesi de Arapongas.

Não é homem para ceder às falsas tentações do Sr. Octávio Pereira, pois é, em sua formação, muito superior a ele. Há que se distinguir os homens.

O sr. Quielise Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado mais um vez vou obstruir sua brilhante oração para dizer que V. Exa. está cometendo injustiça contra o Secretário de Interior e Justiça do Paraná. Naturalmente são problemas pessoais que V. Exa. tem com o Secretário...

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Nem conheço o Sr. Secretário.

O sr. Quielise Crisóstomo — Só para concluir.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Quis esclarecer.

O sr. Quielise Crisóstomo — Não seria o Secretário de Interior e Justiça que tentaria isto. Tenho a impressão de que com a aproximação da luta eleitoral pudesse talvez ser um Deputado. Acharia mais lógico que V. Exa. escolhesse um Deputado para acusar de ter abordado um Prefeito do MDB para atraí-lo para a ARENA. Se um Prefeito do MDB passou para a ARENA nunca deve ter sido a convite do sr. Secretário de Interior e Justiça. Parece mais um problema político. Os políticos têm interesse em fazer mais votos e em convencer adversários a ficarem ao seu lado. Não quero defender o Secretário do Interior e Justiça, mas V. Exa. está sobrecarregando sua oração para cima de um Secretário que está cumprindo a sua obrigação. É um fenômeno político e não pode ser responsabilizado o Sr. Secretário por um fato desta ordem.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — V. Exa. vai me desculpar, mas não vou atribuir responsabilidade a Deputado nenhum. Estou me baseando em notícia de jornal que diz que o Prefeito de Jataizinho estava acompanhado do Sr. Secretário do Interior e Justiça, que cuidou da transferência de Partido. Estou me baseando em documento escrito, na "Folha de Londrina", de 24 de agosto próximo passado. Injusto seria referir-me a um Deputado, quando desconheço qualquer intervenção de Deputado neste sentido. Se acuso o Sr. Secretário de Interior e Justiça é porque quero apurar responsabilidade e advertir o Governo da atitude de seus Secretários. O Sr. Go-

vernador delegou uma função ao Secretário do Interior e Justiça e se existe formação democrática no Governador Emílio Gomes, quero que avalie o procedimento de seu titular do Interior e Justiça.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Perdoe minha interferência mas V. Exa. está pretendendo acusar o Secretário do Interior e Justiça por ter acompanhado o Prefeito de Jataizinho ao Palácio do Governo para audiência com o Governador do Estado depois deste Prefeito ter se filiado à ARENA. Mas não é um fato novo no Estado do Paraná. Há alguns meses, quando na Secretaria do Interior e Justiça se encontrava um excelente cidadão, homem de formação democrática que V. Exa. tem reconhecido sempre, Dr. Mário Faraco, também um Prefeito do MDB passou para a ARENA e ele o acompanhou ao Palácio do Governo para a oficialização da passagem do MDB para a ARENA. Era o Prefeito de Catanduvas mas não estou lembrado se no Governo estava o saudoso Governador Parigot de Souza ou nosso eminente Presidente, Deputado João Mansur. Não vi V. Exa. reclamar desta Tribuna, por ter ocorrido um fato que hoje se repete. Porque, na política, a história se repete. Só um lembrete que queria fazer a V. Exa. parece que não há a tentativa de se eliminar ou enfraquecer o MDB. Naturalmente o Prefeito procurou a ARENA para se filiar a esse Partido. E não seria um partido político aquele que não desejasse ter em suas fileiras um Prefeito Municipal, que segundo consta, é ótimo administrador e um homem de bem.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Registro o aparte de V. Exa. E devo dizer que a transferência do Prefeito de Catanduvas não se verificou sob pressão. V. Exa. Deputado Ivo Tomazoni, disse muito bem que a história se repete. A história do Sr. Haroldo Leon Peres começou em Maringá. O atual Secretário do Interior e Justiça sem o porte de Haroldo Leon Peres, resolveu começar em Município menor...

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ilustre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, quero hipotecar total solidariedade ao pronunciamento de V. Exa. e que se refere a um fato, a uma denúncia de pressão sobre prefeito eleito sob a legenda do MDB. Gostariamos de lembrar que outro Prefeito, de perto de Londrina, já confidenciou às lideranças do MDB que não está suportando mais as pressões de auxiliares do sr. Emílio Gomes sob sua administração; e que tudo aquilo que está prometido em favor de seu Município só será feito se ele passar para a ARENA.

Mas ao lado desse fato, ilustre Deputado, V. Exa. deve estar lembrado, deve ter tomado conhecimento de um alerta segundo o qual elementos subvencionados pelo Governo do Estado estariam percorrendo o Interior, tentando fazer com que os Prefeitos eleitos do MDB passem para o lado do Governo. Então, gostaríamos de frisar aqui que o Sr. Emílio Gomes, homem bem intencionado, de caráter, cremos pretende fazer um bom governo, no Estado do Paraná. Gostariamos de fazer aqui um apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que S. Exa. não permita que elementos comprometidos com seu Governo tentem usar seus cargos para fazerem, no Paraná, uma política de vingança e de ódio, a contragosto do próprio Governador do Estado. Mas sabemos que esses elementos estão preocupados em implantar essa política de ódio, já há muito tempo superada.

Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Esta a advertência com que pretendia encerrar minha presença na Tribuna desta Casa. Desejava advertir o Sr. Emílio Gomes que certos auxiliares seus estão pondo em prática uma política de ódio e radicalização com o objetivo de macular seu nome, sua formação reconhecidamente de homem democrata, merecedora do aplauso e do respeito de todos nós. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 29 srs. Deputados.

Sobre a mesa. Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 255-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria uma Escola Comercial em Tamboara. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 225-71, de autoria do Dep. Cândido M. M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo criar como Fundação de Direito Público, uma Faculdade de Ciências Econômicas, na cidade de Pato Branco. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 12-73, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que cria na sede do Município de Toledo, uma Circunscrição de Trânsito. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. com SUBSTITUTIVO — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado com Substitutivo.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 61-73, de autoria do Dep. Mugiati Filho, que fixa o número de Vereadores às Câmaras Municipais e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 79-73, de autoria do Poder Executivo Mensagem n.º 45-73, que objetiva fixar novos vencimentos mensais dos cargos em Comissão, de Dirigentes de Autarquias e Departamentos Autônomos. Junto Projeto de Lei n.º 120-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 52-73 encaminhando aditamento com redação que especifica Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

1.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 47-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 211-73, que aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde do Estado do Paraná, a Secretaria de Saúde do Estado e a Fundação Serviços de Saúde Pública objetivando cooperação técnica e capacitação de recursos humanos. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. — Aprovado.

Comissão de Constituição e Justiça PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 47-73

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 26 de outubro de 1972, entre o Ministério da Saúde, o Estado do Paraná, a Secretaria de Saúde do Estado e a Fundação Serviços de Saúde Pública objetivando a prestação de cooperação técnica e capacitação de recursos humanos.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1973.

as. ilegível — Presidente
Ovidio Franzoni

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER A PROPOSIÇÃO N.º 211-72

O Senhor Governador, através de Mensagem, transformada na presente Proposição, solicita a aprovação desta Casa para o Convênio firmado entre o Ministério da Saúde do Estado do Paraná a Secretaria de Saúde do Estado e a Fundação Serviços de Saúde Pública, objetivando a prestação de cooperação técnica e capacitação de recursos humanos.

Expressado no próprio texto do tratado está o interesse público da matéria. Desta maneira, e porque atende os requisitos da Constituição e da Lei, somos pela aprovação nos termos do Projeto de Resolução anexo.

E o parecer,

S.M.J.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1973.

as. ilegível — Presidente
Ovidio Franzoni — Relator

Comissão de Finanças

SUMULA — "Projeto de Resolução n.º 47-73 — ex-Proposição n.º 211-72 — Aprovado convênio celebrado entre o Ministério da Saúde do Estado do Paraná, a Secretaria de Saúde Pública do Estado e a Fundação de Serviços de Saúde Pública, objetivando cooperação técnica e capacitação de recursos humanos. Mensagem Governamental n.º 71-72, de 30.11.1972.

PARECER

1. Tratam os Autos de Projeto de Resolução n.º 47-73, ex-Proposição n.º 211-72, que aprova convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, o Estado do Paraná, a Secretaria de Saúde Pública do Estado e a Fundação Serviços de Saúde Pública objetivando cooperação técnica e capacitação de recursos humanos, conforme cópia autêntica encaminhada para referendo legislativo através da Mensagem Governamental n.º 71-72 de 30 de novembro de 1972.

2. Respalçado pelo permissivo constitucional que defere ao Poder Executivo a iniciativa de firmar acordos e celebrar convênios e sendo evidente o interesse público como se depreende do próprio texto do convênio firmado, no que se refere ao seu âmbito próprio não ve esta Comissão de Finanças como negar aprovação ao Projeto de Resolução em testilha.

Pela aprovação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 26 de junho de 1973

as. ilegível — Presidente
João Calil Fadel — Relator

Comissão de Saúde Pública

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 47-73

Ex-Proposição n.º 211-72 aprova convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, o Estado do Paraná, a Secretaria de Saúde Pública do Estado e a Fundação de Serviços de Saúde Pública, objetivando cooperação técnica e capacitação de recursos humanos. Mensagem Governamental n.º 71-72 de 30.11.1972.

PARECER

Com o presente Convênio, pretende o Poder Executivo de comum acordo com o Ministério da Saúde e a Fundação de Saúde Pública do Estado, estabelecer áreas geográficas de atuação, atividades a serem desenvolvidas, trabalhos recursos orçamentários a serem empregados no campo da Saúde Pública em nosso Estado. Além disso o referido Convênio, proporcionará assessoria e consultoria Técnica e implantará um Sistema de Estatística proporcionando também preparo de pessoal Técnico e Auxiliar neste mesmo setor. No campo da medicina preventiva a matéria merece elogios e aplausos desta Comissão de Saúde Pública, pois em última análise o grande beneficiado será a população de nosso Estado. É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 9 de agosto de 1973.

as. ilegível — Presidente
as. ilegível — Relator

MENSAGEM N.º 71-72

Curitiba, 30 de novembro de 1972.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado em 26 de outubro de 1972, entre o Ministério da Saúde, o Estado do Paraná a Secretaria de Saúde do Estado e a Fundação Serviços de Saúde Pública objetivando a prestação de cooperação técnica e capacitação de recursos humanos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Colenda Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado
Excelentíssimo Senhor
Deputado Wilson Figueiredo Fortes
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/CAPITAL.

Termo de Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, o Estado do Paraná, a Secretaria de Saúde do Estado, e a Fundação Serviços de Saúde Pública, para prestação de cooperação técnica e capacitação de recursos humanos.

Aos vinte e seis (26) dias do mês 10 de outubro, do ano de mil novecentos e setenta e dois (1972), presentes o respectivo titular, Doutor Mário Machado de Lemos representando o Ministério da Saúde, doravante neste

ato denominado Ministério, o Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, representando o Estado do Paraná doravante, neste ato, denominado ESTADO O Doutor Ivan Beira Fontoura representando a Secretaria de Saúde, doravante neste ato denominada SECRETARIA, e o Doutor Aldo Villas Boas, Presidente em Exercício da Fundação Serviços de Saúde Pública no uso da competência que lhe confere o Artigo 4.º § 1.º, letra "d", do Estatuto aprovado pelo Decreto n.º 69.944 de 17 de janeiro de 1972, representando a referida Fundação doravante neste ato, denominada FSESP, resolvem celebrar o presente Convenio mediante as condições expressas nas seguintes Cláusulas:

CLÁUSULA I — O presente Convenio tem por objetivo definir as bases para a atuação do Ministério, através da FSESP, visando a prestação de assessoria e consultoria técnica ao Estado, através da Secretaria no campo da administração e planejamento da saúde.

CLÁUSULA II — Para atender o disposto na Cláusula anterior serão estabelecidos, de comum acordo, planos anuais de trabalho, visando definir as áreas geográficas da atuação as atividades a serem desenvolvidas o montante dos trabalhos e os recursos orçamentários a serem empregados respectivamente pelo Estado e pela PSESP.

CLÁUSULA III — Para execução dos planos anuais de trabalho obriga-se a PSESP:

- proporcionar assessoria e consultoria técnica, em planejamento, organização e administração sanitária, através de sua Diretoria Regional de Saúde e dos órgãos técnicos da Presidência;
- participar na implantação de um sistema de estatística do setor saúde;
- colaborar no preparo de pessoal técnico e auxiliar.

O ESTADO:

- proporcionar os instrumentos legais e institucionais bem como criar condições favoráveis para o integral desenvolvimento das atividades ajustadas;
- promover atos de sua competência para consignar recursos financeiros destinados a execução das atividades definidas nos planos anuais de trabalho;
- fornecer o pessoal necessário para a execução das atividades.

CLÁUSULA IV — A FSESP poderá celebrar acordos, convenios ou contratos com entidades públicas ou privadas, para o desempenho dos encargos que assume no presente Convenio, visando a integração sanitária das atividades e a participação das comunidades.

CLÁUSULA V — O presente Convênio será rescindido, quer pela inexecução das obrigações estipuladas, sujeitando a parte inadimplente a indenização por perdas e danos, quer pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutível. Poderá, no entanto este Convênio ser resolvido por mútuo consenso, mediante denuncia da parte interessada, com antecedência mínima de sessenta (60) dias, da data proposta para a extinção de sua vigência.

CLÁUSULA VI — O presente convenio terá vigência até 31 de dezembro de 1975, a partir da data de sua publicação, podendo ser alterado ou prorrogado, a qualquer tempo mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA VII — Procedimentos judiciais originados pela execução deste Convenio bem como os onus decorrentes serão atendidos pelo ESTADO perante quaisquer juízos, instâncias ou tribunais, sem prejuízo da FSESP reserva-se a faculdade de intervir em quaisquer atos que julgar necessário a defesa de seus interesses.

CLÁUSULA VIII — Quaisquer questões originadas pela execução deste Convenio serão dirimidas no foro da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme foi o presente Convenio assinado a fls. do livro próprio em presença das testemunhas abaixo assinadas, e por mim que o lavrei dela se extraindo cópias para sua publicação e execução.

Pelo Ministério da Saúde

MARIO MACHADO DE LEMOS — Ministro de Estado da Saúde

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado

Pela Fundação Serviços de Saúde Pública

ALDO VILLAR BOAS — Presidente em Exercício

IVAN BEIRA FONTOURA — Secretário de Saúde

TESTEMUNHAS:

ss. ilegível

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 170-72, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual na sede do Distrito de Vila Yolanda, Município de Ubitatã. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. com SUBSTITUTIVO GERAL — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 170-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Autoriza o Poder Executivo, a criar para o ano letivo de 1973, um Ginásio Estadual, na sede do Distrito de Vila Yolanda, Município de Ubitatã.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1972.

Dep. Francisco Escorsin

JUSTIFICATIVA

O Distrito de Vila Yolanda, com uma sede em franco progresso, com uma população numerosa, distanciado que é da sede de Ubitatã, numa extensão de vinte quilômetros, sua laboriosa população reclama com justiça, a instalação e funcionamento do Ginásio Estadual.

Pela estimativa procedida, o número de alunos que devem frequentar o Ginásio pleiteado, atinge ao número superior de cento e cinquenta alunos.

Pelas razões invocadas, é justo e legítimo o presente projeto de lei em razão de que, submetido aos nobres pares desta Egrégia Assembléia, solicitando que seja aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 170-72

1 — Com o presente plano de lei, visa o nobre Deputado Francisco Escorsin, autorizar o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, na sede do Distrito de Vila Yolanda, Município de Ubitatã, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

2 — Referida proposição se nos afigura oportuna e necessária, dadas as razões apresentadas pelo seu ilustre autor, na justificação da mesma, pois dotará o referido Distrito do estabelecimento de ensino, para atender uma expressiva população em idade escolar.

3 — Pela oportunidade e justiça de que se reveste o projeto, opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO, desde que obedecido o substitutivo geral anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972.

(Ass. ilegível) — Presidente

Erondy Silvério — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

SUBSTITUTIVO GERAL

AO PROJETO DE LEI N.º 170-72

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual, na sede do Distrito de Vila Yolanda, Município de Ubitatã, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1972.

(Ass. ilegível) — Presidente

Erondy Silvério — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 170-72

1 — O nobre Deputado Francisco Escorsin, com o presente plano de lei, visa autorizar o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, na sede do Distrito de Vila Yolanda, Município de Ubitatã, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

2 — Referida proposição já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão examinar, não há o que se opor, razão pela qual opinamos pela sua APROVAÇÃO, na forma do substitutivo geral apresentado pela Comissão de Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1972.

(Ass. ilegível) — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 170-72

1 — O ilustre Deputado Francisco Escorsin, com o presente plano de lei, visa autorizar o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual, na sede do Distrito de Vila Yolanda, Município de Ubitatã, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

2 — Referido projeto de lei já mereceu pareceres favoráveis das duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

É o parecer.

Sala das Comissões, em de de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Alvaro Dias — Relator

(Ass. ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ovidio Franzoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alberto Milani, ocorrido na cidade de Cianorte. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 124-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para as Proposições n.ºs. 161, 167, 168 e 169-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando voto de louvor à administração da Junta Comercial do Paraná, por haver determinado que o atendimento ao público seja feito nos dois expedientes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Professor Doutor Oscar Martins Gomes, emérito Mestre da Universidade Federal do Paraná, pela concessão ao mesmo, do Título de "Cidadão do Estado da Guanabara", pela Assembléia Legislativa daquele Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Doutor Raul Rezende Filho, por sua investidura no cargo de Diretor-Geral do Departamento de Estabelecimentos Penais do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante de Expediente de Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Diretor Geral do Departamento de Edificações e Obras Especiais. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 47-73 e de Lei n.º 170-72

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 49-73 e de Lei n.ºs. 133-72, 9-73, 48-73, 82-73 e 114-73.

Levanta-se a Sessão.